

30 JUL 1986

Geração Órfã

deprimente, do ponto de vista cívico, a generalizada ignorância política revelada por uma pesquisa entre estudantes da Universidade de Brasília, onde se encontram 9 mil jovens entre 18 e 26 anos. A bem da insuspeição, diga-se que a pesquisa foi realizada por alunos do Curso de Comunicação: não se alegue, portanto, ânimo detrator da capital federal, nem preconceito antiestudantil.

A verdade nua e crua é que 41,9% dos alunos da UnB confessam não terem noção exata do que seja uma Assembleia Constituinte. Não sabem mas vão votar assim mesmo em novembro. Outros 25,1% nem sabem do que se trata. É lícito supor que os outros pensam que sabem, pois a pergunta foi formulada em nível elementar. Admitiu-se como satisfatória sobre o que julgavam os estudantes da UnB ser uma Constituinte a resposta de que se trata de um grupo para fazer a nova Constituição. Pois bem, ainda assim só 19% conseguiram exprimir a noção básica.

Não é, entretanto, apenas pela noção geral que a pesquisa decepciona. Brasília vai votar em novembro pela primeira vez em seus 26 anos de existência. Pois nada menos de 87,9% confessaram não saber que vão ser eleitos três senadores e oito deputados pelo Distrito Federal. "É muito grave", diz o orientador da pesquisa, professor Luis Gonzaga da Mota, lembrando que, afinal, se trata de universitários da capital do país, e os estudantes situam-se na camada superior da sociedade.

É inegável que a situação retrata o grau de obscurantismo implantado pelo regime autoritário. Mas reflete também o descaso dos partidos por tudo que não diga respeito aos seus interesses mais imediatos. Em matéria de Constituinte e Constituição, perderam os partidos a melhor oportunidade — antes da campanha eleitoral — para marcar com presença didática uma geração que não conheceu a responsabilidade do voto direto. Omitindo-se no esclarecimento elementar, apenas completam a obra do obscurantismo. Os estudantes vão votar no escuro, sem saber qual a consequência da escolha a fazer entre candidatos que, por sua vez, devem ignorar solenemente — em larga percentagem — o que seja

exatamente uma Constituição e qual a função do constituinte, além daquele mínimo que a pesquisa aceitou como resposta — um grupo para fazer a lei básica.

Perdida a oportunidade, não haverá outra. Do jeito que se esboça, a campanha vai ser uma desenfreada competição pelo voto: sem espírito cívico, sem limites morais e sem conteúdo político. O eleitor acabará votando em pessoas, não pelo que representam, mas pelo que simulam e pelo que prometem com irresponsabilidade. Facilita-se a demagogia. Não há nada de novo, mas é lamentável que os vícios antigos se interponham mais uma vez à oportunidade que o Brasil tem de ser melhor.

Os estudantes de Brasília apenas revelam o que se suspeita ser uma ignorância generalizada. De outra forma não se entende a proliferação de conceitos equivocados do que seja atribuição da Constituinte e do que representa uma Constituição. Ainda não cessou, por exemplo, o tipo de reivindicação de minorias que querem ter presença garantida na Constituinte. É claro que há lugar para todos, mas o caminho democrático é calcado pelo voto: elejam-se e compareçam para defender suas propostas políticas. E, se alcançarem maioria, serão aprovadas. Dirijam-se aos partidos, façam-se candidatos e venham à rua disputar o voto dos cidadãos.

A elementar falta de senso democrático transparece na confusão entre o direito de minorias e o respeito pela maioria. Democracia é regime de maioria, e não a predominância da vontade de minorias sobre a maioria. O direito daquelas termina onde começa o desta. Em contrapartida, as minorias são garantidas contra a discriminação, e asseguram-se dos seus direitos à existência e à liberdade, até que exprimam o sentimento da maioria. Isto será democracia.

No primeiro degrau da evolução política, o brasileiro — que o autoritarismo empurrou ao ponto mais baixo — merece mais atenção dos partidos. Quando nada porque os seus candidatos vão assediá-lo na disputa do voto, que deve ser um ato de consciência para não se aviltar em barganha. Os partidos e os políticos serão oportunamente cobrados pela criminosa omissão de responsabilidade.